

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DA**

**COVILHÃ**

**TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 03-A/2017**

Da reunião ordinária realizada, com carácter público, no dia 17 de novembro de 2017, iniciada às 9:00 horas e concluída às 10:40 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	04
Período da Ordem do Dia	14
Agenda	14
Aprovação de Atas	14
Balancete	14
Despacho	14
DAG	15
DOP	19
DL	23
DGU	24
DEASS	25
DCJD	26
Intervenção do Público	27
Aprovação em minuta	29
Votação das deliberações	29
Montante Global dos Encargos	29
Encerramento	29

**ABERTURA**

**ATA Nº 03-A/2017**

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores José Armando Serra dos Reis, Carlos Alberto Pinto, Maria Regina Gomes Gouveia, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, José Miguel Ribeiro Oliveira e Jorge Manuel Afonso Gomes.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E pelas 09:10 horas, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1. AGENDA**

**2. APROVAÇÃO DE ATAS**

**3. BALANCETE**

**4. DESPACHOS**

**5. DEPARTAMENTOS**

**5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- a) *Carta de conforto do Município da Covilhã para efeitos de instrução da candidatura do Geopark Estrela a património da UNESCO*
- b) *Minuta de Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo*
- c) *Minuta de Acordo Escrito de Cedência de Edifício da Bilheteira e área Envolvente no Mercado Municipal*

## **ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

- d) *Certidão do não exercício de direito de preferência sobre a alienação do lote 64, sito no Zona Industrial do Tortosendo, pela Sociedade Gráfica do Tortosendo, Lda. à Sociedade Matos e Prata – Atividades Imobiliárias, SA***
- e) *Reversão dos Lotes n.ºs 96 e 98 da Zona Industrial do Tortosendo em nome de SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda.***

### **5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**

- a) *Conta Final da Empreitada do Centro de Atividades***
- b) *Receções Definitivas:***
  - Empreitada da obra de Alteração do Posto de Saúde do Dominguiso*
  - Empreitada da Obra de Remodelação de Edifício sito na Corredoura para Apoio do Pessoal Operativo do Departamento de Obras*
  - Empreitada da Obra de Adaptação de Espaço para Refeitório - Escola EB1 e Jardim de Infância do Refúgio*
- c) *Liberação parcial de cauções:***
  - Contrato de Empreitada de fornecimento e aplicação de um teto falso para o edifício das divisões do departamento de obras*
  - Contrato de Empreitada da obra de trabalhos a efetuar no âmbito de segurança no auditório municipal da Covilhã*
- d) *Sinalização e trânsito:***
  - Rua António Augusto Aguiar – Covilhã*
  - Jardim das Artes – Covilhã*

### **5.3 DIVISÃO DE LICENCIAMENTO**

### **5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

### **5.5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

- a) *Proposta – Representantes no Conselho Geral dos Agrupamentos de Escola***

### **5.6 DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

## I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu o uso da palavra aos Senhores Vereadores:

O Senhor Vereador Carlos Pinto, após os respetivos cumprimentos, fez a seguinte declaração:

*“1. Ao participar pela primeira vez nos trabalhos deste mandato, desejo cumprimentar todos os eleitos especialmente o Sr. Presidente, esperando, sinceramente, que quem tem responsabilidades executivas e tem a obrigação acrescida de cuidar do rumo do Concelho, seja factor de ajuda à nossa afirmação colectiva no quadro regional, nacional e internacional.*

*2. Não me foi fácil chegar a este lugar de Vereador. Foram-me exigidas provas e tirocínio de vinte anos como presidente desta Câmara.*

*Costuma ser diferente o percurso: começa-se como vereador e chega-se a presidente depois de tentativas várias.*

*Mas não me lamento do trabalho que tive e não posso esconder quanto me regozija estar aqui e aqui voltar, nesta condição, apesar de tal não corresponder ao que pessoalmente projectei nas últimas eleições.*

*3. Declarei em campanha que não assumiria outras funções que as de presidente. Assim seria, não fossem os acontecimentos sobrevindos por via judicial, que colocam em dúvida o futuro e o lugar do Presidente desta Câmara.*

*E quer tente o disfarce com maior ou menor habilidade, não consegue esconder que depende do desfecho do processo em curso na Justiça, para chegar ao fim do mandato.*

*Ora, essa circunstância - seja quais forem as conclusões deste evento, cuja natureza e detalhes conheço muitíssimo bem - à luz da minha avaliação, justifica ter revertido a minha intenção como candidato, levando-me a aceitar o cargo e o encargo, podendo assim acompanhar de perto o que constituirá, a seu tempo, razão para aqui estar, pelo Concelho e pelos seus interesses.*

*4. Tal referência a esta questão, não obsta à minha íntima convicção de que servir a terra que nos viu nascer é um privilégio.*

*Ademais pela vontade do Povo, como é pressuposto de todos os que aqui estão.*

*Povo que não votou na lista que encabecei para pagar favores, para esperar favores ou para celebrar fidelidades partidárias.*

*Povo que votou na lista que encabecei, apesar de campanhas de difamação e ataque pessoal de altíssimo gabarito, saído de bem equipados sótãos da maledicência.*

*Dito isto, venho aqui por razões estritamente positivas, como já hoje ficará bem expresso.*

*No meu caso pessoal, pelo conhecimento dos temas, na noção de que tudo é específico e fulcral ao Poder Local em geral e, em especial a este Município.*

*Quero por isso declarar publicamente que trarei aqui os temas - sejam eles quais forem - que entender por adequados, questões de natureza pública ou privada, sem medo de perturbar a “ordem” maioritária existente nesta Câmara.*

*Mas também sem qualquer adesão a lógicas “minoritárias” de quem se afirme opositor a qualquer preço, para afirmações pessoais e partidárias de circunstância.*

*Lógica de partidos, com prevalência no poder local não é comigo.*

*Estive como Presidente, pelo “Partido da Covilhã”.*

*Estou como Vereador, pelo “Movimento de Novo Covilhã”.*

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

*A Covilhã será sempre neste órgão, em tudo o que disser ou votar, a medida de todas as coisas.*

*5. Começamos então, pelo que importa:*

*a) O EMPREGO é o tema que preocupa as famílias da Covilhã.*

*E este mandato ou consegue contribuir para ajudar a crescer de forma significativa o emprego ou falhará.*

*Não há jardim nem asfalto, que possa gerar trabalho perene e possa evitar que se repita a perda de cerca de 3 mil pessoas dos cadernos eleitorais, como aconteceu no mandato passado.*

*Existem oportunidades que devem ser aproveitadas. Todos conheceremos, uns mais, outros menos, quem está no mercado à procura de municípios para sediar investimentos. E todos sabemos, quem estando na Covilhã, precisa de ser incentivado para esse efeito.*

*Referências que tiver como úteis farei chegar ao Presidente desta Câmara e já nos próximos dias, terá informação escrita confidencial a este propósito, para explorar em termos de investimento concreto para o Concelho.*

*Não tenho complexos que o seu êxito neste domínio será o êxito do Concelho e o único que vale a pena, com as infraestruturas essenciais já construídas.*

*b) A nova BARRAGEM, não pode ser mais objecto de ilusões informativas como foi estes quatro anos, depois de terem perdido o que tanto trabalho deu a conseguir.*

*Depois disso, nunca existiu nenhuma primeira fase de nenhuma Barragem e as condutas e depósitos não passaram daquilo que foi projectado e financiado por trabalho dos mandatos anteriores a 2013.*

*O Concelho precisa conhecer o estado deste dossier e precisa de resposta a uma pergunta simples que se faz na Cidade.*

*Onde está e onde será o novo local para a Barragem?*

*Já nem cuido da questão de quem a financiará...apenas onde ficará a nova Barragem?*

*c) Os terrenos da MARGEM DIREITA DO ZÊZERE no nosso Concelho precisam ser irrigados como por toda a Cova da Beira.*

*Este deve ser objectivo, bandeira deste mandato. Urge decidir, projectar e lançar esta obra pelo Governo, porque existe financiamento disponível no Ministério da Agricultura e porque se trata de uma clara desvantagem competitiva de uma vasta área territorial do nosso Concelho, relativamente à outra margem e à Cova da Beira em geral.*

*d) A hegemonia, para não dizer o MONOPÓLIO da CONCESSÃO DA TURISTRELA tem que ser objecto de avaliação por parte desta Câmara e comunicação ao Governo.*

*Há que verificar se está a ser cumprido o Contrato de Concessão - eu tenho sérias dúvidas - e retirar daí as conclusões devidas.*

*Não se pode falar da Serra e não abordar este problema não apenas ao nível desta Câmara como das restantes.*

*Há vários exemplos de exploração alternativa em sistemas montanhosos europeus, que demonstram que a situação existente na Serra da Estrela com privilégio a uma empresa, a TURISTRELA, decorridos estes anos, não favorece o desenvolvimento que se pretende para esta área do nosso Concelho.*

*É preciso não ter medo de denunciar uma situação inaceitável à luz da realidade actual.*

*Necessidade de autorização de uma Concessionária para um investidor construir um Hotel na Serra?*

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

*Devemos reflectir e procurar influenciar a alteração destas circunstâncias...*

*e) Noutra plano, não pode esta Câmara, pelo silêncio, permitir que os trabalhadores dos Lanifícios estejam a ser expoliados de direitos que não eram favor do Estado, quanto à participação nos medicamentos a 100%.*

*Descontaram para terem um benefício, e é necessário que o Estado seja honrado e que cumpra o que deve.*

*E a Câmara deve ser clara e combativa mostrando que não se conforma com esta situação, não deixando o Sindicato sozinho nesta guerra.*

*6. Estes temas e eventualmente outros que surjam de outros membros desta Câmara, deviam constituir prioridade na acção municipal, com acolhimento sistemático na AGENDA de todas as sessões públicas, para informação, debate e regular ponto de situação.*

*Que não se tenha medo de falar no que preocupa o Concelho, construtivamente e na pressão que a nossa distância do poder central exige.*

*Faço esta declaração de princípios com propósitos de abertura à colaboração critica mas construtiva.*

*O diálogo num órgão político depende da temática, do tom e da tolerância existente, nos passos do diálogo democrático.*

*Construtivo, mas critico, disse e aqui vão observações em conformidade.*

*aa) Sr. Presidente, enviei um Requerimento nos termos legais como membro desta Câmara, de que não recebi resposta, como estava obrigado a dar.*

*Quería saber se tinha assegurado o direito deste Município a ser indemnizado no caso em que o presidente da Câmara está acusado.*

*E se tinha constituído o próprio Município como Assistente.*

*E se considerava ter condições para desempenhar o lugar.*

*São todas perguntas legitimas.*

*Até hoje não recebi resposta. Não pode ser.*

*Se o seu staff não chega, o que duvido, faça-o crescer contribuindo assim para reduzir o desemprego.*

*bb) Gostaria ainda de alertar o Sr. Presidente para a seguinte questão que conhece na perfeição.*

*Os poderes que lhe estão confiados, enformam e conformam o lugar que desempenha claramente como presidencialista. Tem uma grande latitude e discricionariedade mormente na gestão do pessoal.*

*Sei do que falo. Utilizei esses poderes em vinte anos de mandato, essa discricionariedade recolocando pessoal em apenas três situações.*

*Em todos os casos informei os vereadores da Câmara que me interpelaram sobre o tema.*

*Nunca mudei ou retaliei sobre funcionário que tivesse andado na sua campanha quando perdedor ou de qualquer dos outros meus concorrentes do seu partido. Nunca.*

*É o que lhe venho solicitar, que esclareça quando tiver razões sólidas para decisões deste tipo esperando que quem apoiou a minha candidatura e andou a recolher assinaturas, não seja argumento para se chamar funcionário e assim sobre ele fazer cair a consequência de "venalidade" que só na ditadura existia.*

*Espero bem que este tema não tenha que ser público com nomes e factos, para travar essas intenções que a Constituição não permite.*

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

*7. Conhecendo-nos mutuamente, será fácil adivinhar que nenhum de nós tem ilusões sobre a solidez de convicções e a determinação quanto ao exercício do mandato nesta Câmara. Estou nesta Câmara pela vontade de mais de 5 mil votantes. Já aqui estive com 11 mil, 15 mil, 21 mil, 19 mil votos.*

*Mas nunca esqueci que mesmo quando tive 21 mil votos, votaram 30 mil eleitores, mas 20 mil covilhanenses ficaram em casa.*

*Em 1. Outubro passado foram menos ainda os que votaram.*

*Isto é, temos uma representação maioritária na ponderação interna da Câmara, mas estamos todos minoritários na representação externa perante o todo Concelho.*

*Apesar da democracia ser a expressão da maioria, se não for balanceada com aquela, a população de todo o concelho, de pouco valerá essa invocação para exprimir o sentir global da população.*

*É neste pressuposto que aqui estarei nesta Câmara, com abertura democrática, vontade de ouvir, e, confesso, a esperança de ser ouvido.*

*Quanto a ouvir, respondo por mim. Sobre o ser ouvido, espero para ver.”*

O Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, após os devidos cumprimentos, começou por referir que gostaria de ver votadas as propostas por ele apresentadas na reunião privada da Câmara, realizada no passado dia 03.novembro.2017, respeitante ao parque habitacional da Câmara, que do seu ponto de vista estavam em avançado estado de degradação. Devia de ser efetuado um levantamento fração a fração para avaliar o estado de degradação das mesmas e a necessidade de intervenção nas situações mais urgentes. Após apresentação do diagnóstico, e existindo, trazê-lo à reunião de Câmara e vincularem-se a um prazo de seis meses para aprovarem um plano de requalificação para as situações mais urgentes.

A segunda proposta diz respeito a um regulamento que de alguma maneira enquadre os apoios que são dados pela Câmara às Associações e Coletividades do Concelho. Não tinha que ver com dar ou não dar apoio às Associações e Coletividades do Concelho, porque é necessário que tenham apoios para o exercício das funções. Mas não pode continuar a acontecer da forma com tem acontecido, feito de forma absolutamente discricionária, só sabendo quando vem à reunião de Câmara as verbas aprovadas, desconhecendo os critérios e aquilo a que as Associações e Coletividades e a Câmara se vincularam. Considerando que não é “transparente, não dá condições de igualdade para todas as Associações e Coletividades do Concelho e sobretudo não lhes permite começar a projetar a sua vida para os próximos tempos”.

Tendo em conta o papel do associativismo no Concelho, parecia-lhe importante que também num prazo de seis meses a Câmara se comprometa a apresentar uma proposta de regulamento que tem de ser previamente discutida com as Associações e Coletividades.

A terceira proposta, que “obrigue” a Câmara a criar uma aplicação informática nos telemóveis para que os munícipes possam entrar nos serviços da Câmara, agendar reuniões, leitura de contadores da água, informações sobre o andamento dos seus processos, possam ter informações sobre as obras que estão a ser realizadas nas suas freguesias, possam fazer reclamações, possam reportar situações de desconformidades. Aplicação que é de “custo bastante acomodável nas finanças de qualquer Câmara, mesmo numa Câmara com dificuldades como esta” é importante porque as reuniões públicas, com todas as vantagens que tem, como podiam constar hoje, já não chegam à totalidade da população e a obrigação da Câmara é abrir-se a quem tem outras formas de comunicar e chegar ao contacto com os serviços públicos.

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

Seguidamente, apresentou uma proposta, tendo em conta o “Associativismo que existe no Concelho e o papel que desempenha, seria importante que a Covilhã pudesse criar o Estatuto de Património Imaterial do Concelho e colocasse o Associativismo do nosso Concelho como o primeiro Património Imaterial do Concelho. É um sinal importante para as nossas coletividades e pode marcar uma forma diferente da Câmara se relacionar com o Associativismo.

A segunda proposta diz respeito a uma realidade que muitas das vezes nos é desconhecida. Estive num jantar no sábado passado com a Senhora Vereadora Regina Gouveia, da Associação Cordas, que procura sensibilizar para as pessoas que vivem com diferenças e com desafios diários que nós muitas vezes não nos damos conta. Pessoas invisíveis, com deficiências motoras, limitações auditivas e a Covilhã precisa de ter um plano e todas as cidades precisam, porque todas estão de alguma maneira atrasadas face aquilo que é necessário, precisamos de facto de aprovar um plano que nos próximos 4 a 8 anos torne a nossa cidade mais amiga para estas pessoas. Estou ciente que é um trabalho que nos sensibiliza a todos, que necessita de planeamento e estratégia e aquilo que eu proponho é que iniciemos trabalhos rapidamente com a coordenação de alguém que possa assegurar a qualidade técnica desta matéria, de transformar este concelho, pelo menos algumas zonas mais importantes, mais amigável para as pessoas que tem estas diferenças. Penso que é um compromisso que a Covilhã podia fazer com os seus cidadãos.”

Questionou a Câmara, face à apresentação do Plano das Florestas, se ainda era possível dar contributos; sobre o convite que lhe foi endereçado, para a iniciativa que ditou a morte de mais de 100 milhões de pessoas, algumas em campos de concentração e fome, gostaria de saber se foi a Câmara Municipal que organizou a sessão evocativa da Revolução de outubro; ainda no âmbito das florestas, se existe e quem é o Comandante Operacional e de que forma é que, do ponto de vista do Plano das Florestas, se as suas funções estão adaptadas; tendo em conta os incêndios ocorridos, o risco de erosão é grande, que iniciativas estão a ser levadas a cabo pela Câmara nesta matéria; razão pelo qual foram retirados os passadiços junto à ribeira na União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho; na freguesia da Boidobra, zona da Quinta Branca, deu conta da falta de serviço público de transportes, afetando cerca de 20 alunos.

A Senhora Vereadora Regina Gouveia, após cumprimentar os presentes, referindo que estava ali pela primeira vez, começou por se congratular por “fazer parte de uma equipa que parece estar completamente empenhada pelo bem deste Concelho”.

Face às questões levantadas, designadamente quanto à habitação social, apesar de já o ter referido ao Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, referiu que já faz parte dos planos da Câmara trabalhar esse diagnóstico e que está prevista a constituição de uma equipa, a partir de janeiro/2018, sendo efetivamente um desiderato já previsto.

Em relação ao plano para que a cidade seja mais amiga do deficiente e do idoso é, obviamente, também um desafio uma vez que, tendo a ação social e o apoio à deficiência e ao idoso “é uma matéria que me vai ocupar afincadamente, porque considero que modernidade não pode coadunar-se com a falta de sensibilidade a estes grupos mais desfavorecidos que precisam de mais atenção. Mas, de qualquer maneira, o meu muito obrigado por me ir lembrando que temos de concretizar estes desafios porque, efetivamente, não se pode caminhar para uma cidade melhor sem os termos em conta.”

Relativamente ao evento evocativo respeitante à “Revolução de Outubro” informou que decorreu na Biblioteca Municipal a pedido e por iniciativa do Partido Comunista Português.

Seguidamente, referiu-se ao evento que pretende levar a efeito, “uma festa de família, desta família territorial que somos todos nós; a ter de começar a partir da Câmara, devidamente envolvida nas festividades que têm a ver com o Natal, em que este deve corresponder a uma oportunidade e a uma época em que nos ligamos mais, criamos pontes e potenciamos as nossas capacidades e os nossos recursos”.



## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

Para as festividades deste Natal, pensaram num conceito “que nos identifique e nos diferencie, tendo por base o facto de termos sido dos primeiros na arte de fiar a lã, na dianteira da arte de navegar e de outras artes, continuamos também a ser muito bons, temos muitos artistas a criarem conteúdos artísticos de que nós muitas vezes não temos consciência e que precisamos de valorizar mais.

Tendo em conta o conjunto de artistas, associações e escolas ligadas às artes, pensámos para este Município um “Natal com Arte”, um conceito essencial. Esta arte, em primeiro lugar, é um saber e uma capacidade de organizarmos uma festa de família, esta família alargada, esta família territorial. Por outro lado, arte, porque será estreitamente ligada a várias artes, com o contributo de múltiplos artistas. Mas, porque é uma festa de família, vai também contar com a ligação de muitos outros agentes, culturais, educativos, institucionais e empresariais.

Este é o primeiro e o grande desafio deste “Natal com Arte” para a Covilhã, ligar, criar pontes. Além deste desiderato, nós temos objetivos essenciais de associar a Covilhã a uma marca diferenciadora própria, aumentar a notoriedade do Município, incrementar o sentimento e o orgulho pertença de todos os munícipes, porque não criamos laços das pessoas ao território só através do investimento ou do emprego, precisamos também de trabalhar o orgulho e o sentimento de pertença, potenciando o comércio tradicional.

As estratégias passam por envolver a comunidade local, logo, na preparação e realização da época festiva, por integrar múltiplas áreas de intervenção, desde a ação social ao associativismo, e promover diálogos entre gerações e entre artes e artistas.

Neste Natal, a animação não será comercial, formatada, será sobretudo animação que contará com múltiplos artistas, desde escritores, pintores, músicos, atores, com contributos de alunos, professores, escolas, associações, lares e centros de dia. Esta Natal terá vários espaços que nos ancoram também aqui a um conceito criativo que tem na sua base a lã e a neve, através da construção de “casinhas”, que têm a ver com o imaginário que queremos concretizar em espaços no Município, além de outros espaços onde vai estar arte e diálogos a acontecer a partir das palavras, das pinturas, das representações e da música.

Queremos, em primeiro lugar, que cada munícipe e que cada família se identifique com este Natal e sinta que, efetivamente, faz parte de uma família que tem um Natal que é diferente, que é seu e que terá com certeza muito mais espaço para evoluir nos próximos anos, mas que já quer arrancar neste ano de modo a conseguir orgulho de pertença, mais sinergias e mais diálogos. Vamos também ter um bolo-rei do tamanho de uma cidade, uma cidade que é também neve e lã. Espero que no próximo ano estejamos aqui a planear um Natal com mais conteúdo, mas vamos colocar tudo o que pudermos nesta primeira edição.”

O Senhor Vereador José Miguel Oliveira, após os cumprimentos, agradeceu o uso da palavra uma vez que um dos assuntos que pretendia abordar se prendia com a estratégia do Município a nível do associativismo. Que, enquanto detentor do pelouro, já teve a oportunidade de em vários locais e aniversários de associações de começar a “levantar um pouco o véu relativamente á estratégia que nós pretendemos seguir e queria também fazê-lo aqui na reunião pública.”

Que o regulamento do associativismo já faz parte do programa eleitoral do PS desde 2013 e a verdade e que, no mandato anterior, as dificuldades que encontraram, nomeadamente financeiras não lhes permitiu, desde o início do mandato, planear um regulamento e estratégia para o movimento associativo. Neste momento, as condições são outras, fez-se esforços e trabalhou-se em conjunto para regularizar uma série de situações e tem todas as condições que lhes permite avançar para uma estratégia que não só dignifique e valorize ainda mais o movimento associativo do Concelho, mas acima de tudo lhes dê ferramentas para poderem cada vez atuarem mais e melhor, muitas vezes substituindo-se à própria Câmara Municipal.

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

Nesse sentido, a estratégia estava definida e iam aproveitar a reestruturação dos serviços para criarem o Gabinete de Apoio ao Associativismo, tendo várias atribuições, entre elas capacitação e formação dos dirigentes associativos, apoio às associações a nível de candidaturas a fundos comunitários ou outras formas de financiamento que possam estar disponíveis. Iam trabalhar também o regulamento municipal e dentro de dois meses iriam ter reuniões setoriais com as associações, cerca de 258 ativas e tão diferentes como uma filarmónica ou uma associação comercial ou coletividade da cidade, agregando-as por área, para as ouvir e saber qual é a sua vontade e opinião. Que a proposta de regulamento tem de sair conjuntamente entre as associações e a Câmara Municipal, para que seja verdadeiramente um documento que norteie a ação durante este mandato.

Aproveitou para dar nota que a primeira versão final será apresentada no fórum associativo que se irá realizar no próximo mês de março, reunindo todo o movimento associativo do concelho.

O Senhor Vereador Jorge Gomes cumprimentou os presentes e debruçou-se sobre assuntos referentes aos seus pelouros.

Em relação á questão dos recursos humanos informou que estavam a aquilatar as necessidades de cada serviço, no sentido de verificarem como se podem colmatar algumas necessidades.

Deu nota que tem sido chamados ao seu gabinete “alguns funcionários, que vão de verdade mudar de serviços/funções, mas que com todos eles temos tido diálogo e não iremos fazer quaisquer alterações sem que o trabalhador também seja ouvido. Nunca recebi ordens do Senhor Presidente, nem eu mesmo darei, para pôr alguém a contar parafusos, não irei por ninguém a trabalhar em secretárias sem nada para fazer, nem irei mandar ninguém guardar frigoríficos em parte nenhuma da Câmara Municipal.

Tenho estado a trabalhar no quadro de pessoal para o ano de 2018. Tem sido um trabalho exaustivo, quase terminado e brevemente será entregue para fazer parte do orçamento/2018.

Queria deixar toda a gente tranquila de que não haverá represálias sobre ninguém. Iremos sim, verificar a necessidade de serviço a serviço e procurar otimizar todos os serviços dando condições aos funcionários para aumentar a produtividade.”

Em relação à economia, informou que estavam a trabalhar na captação de novos investimentos, acolhendo todas as ideias e propostas que lhes possam chegar, sem desperdiçar, “iremos na hora e no dia procurar arranjar uma solução”.

Ainda sobre este desígnio, constatou que o Senhor Ministro Pedro de Siza Vieira deu boas notícias para o Interior, esperando que as mesmas se concretizem, designadamente sobre os incentivos fiscais para empresas e pessoas no interior; na deslocalização de serviços públicos do Litoral para o Interior; promessa de revisão de portagens para os serviços de transporte e pesados de mercadorias o que considerou fundamental, e um excelente motivo de alavancagem para o tecido empresarial que necessita urgentemente de pessoas e de empresas.

Em resposta ao Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes em relação às APP, disse que já antes da reunião de 3 de novembro estavam a trabalhar com os serviços de informática da Câmara Municipal, a contactar empresas da área de “software” e já lhe tinham sido comunicadas algumas necessidades pelos serviços. Que já existe uma mapa interativo, precisando de ser otimizado para telemóvel e que iriam, seguramente, falar com o Senhor Vereador no sentido de os poder ajudar e saber o que pretende mais especificamente. Que iriam continuar trabalhar no sentido de disponibilizar e melhorar as aplicações o mais breve possível.

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

O Senhor Vereador José Serra dos Reis apresentou cumprimentos a todos os presentes. Referiu que também ele estava ali pela primeira vez como Vereador em Permanência, fazendo o ciclo ascendente, desde membro das Assembleias de Freguesia, Presidente de Junta e da Assembleia Municipal e Vereador em Permanência e que neste escalão ascendente não é sua ambição nem pretende atingir o topo máximo desta hierarquia, “penso que estou pela cor do meu cabelo e verão certamente, de longe, que não será essa a minha ambição.”

Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara “a atribuição dos Pelouros que fez questão de me confiar; assumo com muito zelo e dedicação, pondo toda a minha competência, experiência e dedicação para servir tudo quanto possa para bem dos munícipes e da Covilhã.

No âmbito dos Pelouros não queria deixar de fazer uma saudação, porque é assim que se deve estar na política, quero saudar e reconhecer a todos quantos me antecederam nestes Pelouros, quer os mais próximos quer os mais remotos, estou certo que puseram sempre o melhor de si para servir a Covilhã e os seus munícipes. Não tenho dúvidas, que quem está na política, estará sempre com este princípio.”

De seguida, abordou a questão das florestas, que pela conjuntura que atravessaram tiveram de atacar de emergência um problema que é candente e não valia a pena cada um estar a assacar responsabilidades para outros “assumamos todos as nossas responsabilidades e aproveitemos esta calamidade para a transformar numa grande oportunidade para o nosso Concelho. O paradigma das florestas não foi bem tocado, por todos nós, não foi bem abraçado, levando-nos a uma situação, pois andamos de 10 ou 15 anos a encher um barril de pólvora e ele vai explodir a seguir, e é esta inversão que nós queremos abraçar e, certamente, contaremos com todos, daí termos desencadeado uma ação, logo de imediato, após a nossa tomada de posse, de um fórum debate sobre as florestas, continuando o Plano das Florestas aberto até ao final do ano.

Temos um ponto de partida, especialmente, nós temos uma mata nacional com 402ha, baldios 10.831ha, área privada de 7.560ha, onde se incluiu uma pérola florestal que é a Quinta da Lageosa com 320ha. Um património florestal riquíssimo e lindíssimo, contudo, profundamente afetado com os diversos incêndios que nos levou à situação calamitosa que herdámos. Com 6.588ha de áreas ardidas, com destaque para a freguesia de Cortes do Meio com 3.171ha e restantes freguesias. Esta é a situação calamitosa e de emergência que nós temos de atacar, estando profundamente atentos e a nossa grande prioridade é a salvaguarda da vida humana; a floresta tem de começar com a proximidade das pessoas; queremos restabelecer e levar a qualidade vida das pessoas que foram afetadas; o restabelecimento das paisagens; o povoamento, o ordenamento e a defesa da floresta contra incêndios.

Temos de por na ordem do dia o controle da erosão, uma vez que estamos muito sujeitos, depois da calamidade dos incêndios, sofrer agora os efeitos de uma erosão descontrolada. Estamos atentos e a título de exemplo, fizemos a proteção da nossa barragem, foi simbólica a nível nacional e internacional. Já a protegemos para não ser afetada e continuarmos a ter a grande qualidade de água que temos e, felizmente, em quantidade.

Do ponto de vista do diagnóstico e do inventário que fizemos, elaborado cuidadosamente, iremos desencadear todos os trabalhos de emergência, quer o controle da erosão, quer a proteção das linhas de água, a defesa dos habitats e queremos dizer, para estas ações de controlo e estabilização de solos já temos candidaturas elaboradas e algumas aprovadas, quer ao nível da Câmara Municipal além de estarmos a apoiar organizações de produção florestal.

A grande questão que vamos ter de seguida, após a estabilização dos solos, o nosso Plano tem de abarcar: temos de eliminar as faixas de gestão de combustível da rede viária, sejam elas primárias, vias municipais ou nacionais; estamos a trabalhar já planificação e na limpeza das coroas, perímetro de segurança dos núcleos urbanos, seja ele uma aldeia, uma vila ou a cidade.”

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

O Senhor Presidente, face às questões suscitadas pelo Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, “uma relativamente ao associativismo, considera-lo como património imaterial é uma ideia interessantíssima e pode ser conjugada e associada com aquela nossa iniciativa, que eu sei que o Senhor Vereador esteve atento, porque nos deu o prazer de estar presente na tomada de posse dos Órgãos Municipais no passado dia 20 de outubro e ter-me-á ouvido dizer que uma das nossas bandeiras em termos da projeção do nosso Município, é de valorizar aquilo que é um património inimaginável em termos imateriais, históricos, agregador e identificador, que a todos nos una e nos mova em direção ao futuro. Estou a falar concretamente da candidatura a património da UNESNO das nossas ribeiras, das nossas fábricas, de tudo quanto envolve o nosso “*adn*” relacionado com os lanifícios e o associativismo, porque tem fortes raízes, poderá ser associado nessa mesma candidatura, densificá-la e enriquecê-la.”

Quanto aos passadiços da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho é uma obra da freguesia e que iria procurar saber o que se passava.

Quanto aos serviços públicos de transporte da Quinta Branca, informou que estava a procurar junto dos responsáveis da Covibus solucionar o assunto.

Relativamente à votação das propostas, disse existir um problema de natureza jurídica, dando a palavra à Senhora Diretora de Departamento de Administração Geral, Dr.<sup>a</sup> Graça Robbins, para esclarecer.

A Senhora Dr.<sup>a</sup> Graça Robbins esclareceu que o regimento em vigor, que vai de encontro com o RJAL e o CPA, prevê que as propostas devem ser incluídas, para ser deliberadas, no período da ordem do dia, não tendo esse facto acontecido na anterior reunião, nem na presente, pelo que não podem ser objeto de deliberação.

Retomou a palavra o Senhor Presidente e, face ao esclarecimento, referiu que, na prática estavam reconduzidos a uma situação a que o Senhor Vereador pode, no fundo, expressar as suas ideias, os seus princípios, a sua orientação e a sua disciplina, quer através de recomendações e de moções, cabendo no espírito que o legislador pretendeu neste domínio para a condução das reuniões e a sua boa organização formal. Portanto, são questões de natureza genérica e não têm efeitos práticos e imediatos, ao passo que as propostas visam questões concretas, logo, tem que estar no período da ordem do dia, tem de ser da competência do Órgão e visa uma deliberação eficaz e com efeitos imediatos, caso seja possível implementá-los.

Que não se pretendia, com isto, desvalorizar ou tirar efeito às ideias e, designadamente, quando são boas e de boa-fé e visam produzir bons resultados. Além do facto, de as propostas apresentadas já estarem em curso e planeamento pelos serviços da autarquia.

O Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes solicitou novamente palavra para referir que uma das questões não foi respondida, relativamente ao Comandante Operacional Municipal, e pretendia saber se existe e quem é.

Relativamente aos problemas da erosão, disse conhecer o problema, partilhando das preocupações do Senhor Vereador mas, aquilo que questionou foi quais as ações em concreto que estão a ser levadas a cabo e sua calendarização, por ser a única forma que conhece para, perante o público, se avaliar o trabalho e a comprometerem-se com prazos para que as pessoas saibam se estão ou não a cumprir. Que existiam outras situações problemáticas, além da barragem, designadamente em Santo António e Casal da Serra.

Relativamente á aplicação informática disse ser um mau princípio fazer-se um *site* novo sem a sua componente *mobil*, porque era gastar duas vezes quando pode ser feita de uma só vez.

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

Relativamente às suas propostas, referiu que desconhecia as regras de as mandar antes para serem incluídas no período da ordem do dia para votação, transformando-as em propostas de recomendação à Câmara, solicitando que o Senhor Presidente tomasse posição sobre cada uma delas nos termos das mesmas.

O Senhor Presidente referiu que não podia deixar de o dizer “não é o Senhor Vereador que vai dizer ao Executivo quais são os prazos em que vai implementar aquilo que o Executivo quer fazer. É uma pretensão legítima do Senhor Vereador, mas os *timings* são ditados e impostos por quem governa, com toda a democracia e abertura, e até pedindo contributos aos Senhores Vereadores da oposição, não temos nenhum complexo relativamente a isso, pelo contrário. Quem venha por bem é bem-vindo. Todas as propostas que sejam positivas serão acolhidas.”

Em relação à aplicação não existia qualquer contradição e não se devia confundir as ferramentas que estão disponíveis neste momento, como o “geoportal” e tudo quanto está no *site* da Câmara Municipal com a aplicação específica que se pretende implementar e já contratualizada com a empresa

Relativamente à mobilidade, deu nota que “temos já a contratualização de uma empresa para estudar e implementar soluções de mobilidade”; no que diz respeito às bicicletas elétricas já está implementado; que em próxima reunião apresentará o plano de mobilidade suave, no que diz respeito às bicicletas elétricas; que a ambição é maior e pretendem implementar um sistema de bilhética integrada que contemple a utilização dos transportes públicos, das bicicletas elétricas, dos elevadores e do estacionamento; era consabido que a nossa cidade tem uma orografia difícil, tendo no passado sido dados passos significativos no sentido de esbater dificuldades, querendo dar-lhe continuidade.

## I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1. AGENDA

### 2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem documentos agendados neste ponto.

### 3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. **Total de Disponibilidades: 1.342.694,68 € (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro euros e sessenta e oito centavos).**

. **Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte centavos).**

. **Dotações Orçamentais: 751.721,19 € (setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e um euros e dezanove centavos).**

. **Dotações não Orçamentais: 590.974,29 € (quinhentos e noventa mil, novecentos e setenta e quatro euros e vinte e nove centavos).**

### 4. DESPACHOS

## 5. DEPARTAMENTOS

### 5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**a) Carta de conforto do Município da Covilhã para efeitos de instrução da candidatura do Geopark Estrela a património da UNESCO**

Presente, para ratificação, Carta de conforto do Município da Covilhã, onde demonstra o apoio formal e incondicional, para efeitos de instrução da candidatura do Geopark Estrela a património da UNESCO.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Carlos Pinto, deliberou ratificar a Carta de Conforto.**

**b) Minuta de Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo**

Presente minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo, tendo por objeto à gestão da Piscina de Lazer da Freguesia do Teixoso, aplicando-se estritamente às atividades abrangidas pela concessão da Piscina, com validade até 31 de dezembro de 2021.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Carlos Pinto, deliberou aprovar a minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo, tendo por objeto à gestão da Piscina de Lazer da Freguesia do Teixoso, aplicando-se estritamente às atividades abrangidas pela concessão da Piscina, com validade até 31 de dezembro de 2021.**

**Mais deliberou, remeter o contrato de delegação de competências à Assembleia Municipal da Covilhã, para efeitos de autorização ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**c) Minuta de Acordo Escrito de Cedência de Edifício da Bilheteira e área Envolvente no Mercado Municipal**

Presente Minuta de Acordo Escrito a celebrar com a Senhora D. Teresa Maria Silveira Afonso Simão, de Cedência da antiga Bilheteira e reduzido logradouro envolvente, que integra o

## ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017

prédio do Mercado Municipal, situado na Rua António Augusto de Aguiar, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 5.331 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00448/16112000 da extinta Freguesia de Santa Maria, de forma pecuniária e por um período de 1 ano, renovável, por idêntico prazo, mediante o cumprimento das seguintes condições:

- a) A cedência é única e exclusivamente para fins de armazenamento;
- b) As pequenas reparações do edifício que poderão vir a ser necessárias correm por conta e risco da segunda contraente;
- c) A segunda contraente deverá manter em bom estado de conservação e limpeza o edifício cedido e a área envolvente;
- d) A cedência tem como contrapartida o valor pecuniário mensal de € 20,00;
- e) A utilização do espaço é temporária, sendo que a segunda deverá liberar o mesmo quando o primeiro o solicitar, nos termos de cláusula Quarta.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes e nos termos da minuta, deliberou aprovar e celebrar o Acordo Escrito com a Senhora D. Teresa Maria Silveira Afonso Simões, de Cedência da antiga Bilheteira e reduzido logradouro envolvente, que integra o prédio do Mercado Municipal, situado na Rua António Augusto de Aguiar, inscrito na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o artigo n.º 5.331 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00448/16112000 da extinta Freguesia de Santa Maria, de forma pecuniária e por um período de 1 ano, renovável, por idêntico prazo, mediante o cumprimento das seguintes condições:**

- a) A cedência é única e exclusivamente para fins de armazenamento;
  - b) As pequenas reparações do edifício que poderão vir a ser necessárias correm por conta e risco da segunda contraente;
  - c) A segunda contraente deverá manter em bom estado de conservação e limpeza o edifício cedido e a área envolvente;
  - d) A cedência tem como contrapartida o valor pecuniário mensal de € 20,00;
  - e) A utilização do espaço é temporária, sendo que a segunda deverá liberar o mesmo quando o primeiro o solicitar, nos termos de cláusula Quarta.
- d) Certidão do não exercício de direito de preferência sobre a alienação do lote 64, sito no Zona Industrial do Tortosendo, pela Sociedade Gráfica do Tortosendo, Lda. à Sociedade Matos e Prata – Atividades Imobiliárias, SA**

Presente, para ratificação, Certidão do não exercício de direito de preferência sobre a alienação do lote 64, sito no Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Tortosendo sob o n.º 2630 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1755/20000830, pela Sociedade Gráfica do Tortosendo, Lda. à Sociedade Matos e Prata – Atividades Imobiliárias, SA.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.



A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, deliberou ratificar a Certidão do não exercício de direito de preferência sobre a alienação do lote 64, sito no Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da Freguesia do Tortosendo sob o n.º 2630 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1755/20000830, pela Sociedade Gráfica do Tortosendo, Lda. à Sociedade Matos e Prata – Atividades Imobiliárias, SA.

**e) Reversão dos Lotes n.ºs 96 e 98 da Zona Industrial do Tortosendo em nome de SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda.**

▪ **Lote n.º 96**

Presente informação I-CMC/2015/3535, do Serviço de Património Municipal, datada de 31.08.2015, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 96, com área de 1.834,63 m2, sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.753 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01847/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

2 – Notificar a entidade proprietária, sociedade SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda., titular do NIF 503464589, da deliberação;

3 – Instaurar o processo de contencioso, caso seja necessário, para a obtenção da reversão do lote n.º 96.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 96, com área de 1.834,63 m2, sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.753 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01847/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.**

**Mais deliberou, notificar a entidade proprietária, sociedade SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de audiência de interessados, tendo em vista a futura celebração de escritura de reversão.**

**Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.**

▪ **Lote n.º 98**

Presente informação I-CMC/2015/3535, do Serviço de Património Municipal, datada de 31.08.2015, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 98, com área de 1.858,32 m2, sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.755 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01849/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

2 – Notificar a entidade proprietária, sociedade SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda., titular do NIF 503464589, da deliberação;

3 – Instaurar o processo de contencioso, caso seja necessário, para a obtenção da reversão do lote n.º 98.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 98, com área de 1.858,32 m2, sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.755 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01849/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.**

**Mais deliberou, notificar a entidade proprietária, sociedade SOMEBE – Sociedade Metalúrgica da Beira, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de audiência de interessados, tendo em vista a futura celebração de escritura de reversão.**

**Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.**

## 5.2. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

### a) Conta Final da Empreitada do Centro de Atividades

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente a conta final da Empreitada do Centro de Atividades, onde se conclui poder ser aprovada e homologada pela Câmara Municipal.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, nos termos da informação da Divisão de Obras e do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar a conta final da Empreitada do Centro de Atividades.**

### b) Receções Definitivas:

#### *- Empreitada da obra de Alteração do Posto de Saúde do Dominguiso*

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da obra de Alteração do Posto de Saúde do Dominguiso.**

#### *- Empreitada da Obra de Remodelação de Edifício sito na Corredoura para Apoio do Pessoal Operativo do Departamento de Obras*

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

**A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Remodelação de Edifício sito na Corredoura para Apoio do Pessoal Operativo do Departamento de Obras.**

#### *- Empreitada da Obra de Adaptação de Espaço para Refeitório - Escola EB1 e Jardim de Infância do Refúgio*

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Adaptação de Espaço para Refeitório - Escola EB1 e Jardim de Infância do Refúgio.

**c) Liberação parcial de cauções:**

***- Contrato de Empreitada de fornecimento e aplicação de um teto falso para o edifício das divisões do departamento de obras***

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 60% da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de vistoria e autorizar a liberação de 60% da caução total prestada no Contrato de Empreitada de fornecimento e aplicação de um teto falso para o edifício das divisões do departamento de obras, correspondente ao período de tempo decorrido, nos termos do disposto da alínea b), c) e d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto.

***- Contrato de Empreitada da obra de trabalhos a efetuar no âmbito de segurança no auditório municipal da Covilhã***

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30% da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de vistoria e autorizar a liberação de 30% da caução total prestada no Contrato de Empreitada da obra de trabalhos a efetuar no âmbito de segurança no auditório municipal da Covilhã, correspondente ao período de tempo decorrido, nos termos do disposto da alínea c) e d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto.

**d) Sinalização e trânsito:**

***- Rua António Augusto Aguiar – Covilhã***

Presente EDOC/2017/26809, propondo o ordenamento do estacionamento público, na rua António Augusto Aguiar – Covilhã.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, deliberou aprovar que seja colocada sinalização horizontal de trânsito:

M12- linha continua junto ao limite da faixa de rodagem, Indica que é proibido parar ou estacionar desse lado da faixa de rodagem e em toda a extensão dessa linha, a proibição imposta pode também limitar-se no tempo ou a determinada espécie de veículos, de acordo com as indicações constantes de sinalização vertical, no sentido pelourinho mercado municipal e avivar a seguir à passadeira até ao fim da rua;

M14 - Linha de ziguezague Significa a proibição de estacionar do lado da faixa de rodagem em que se situa esta linha e em toda a extensão da mesma junto à passadeira em frente ao portão do mercado municipal;

M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua (Significam proibição de entrar na área por ela abrangida. Quando delimitada por uma linha descontínua, significa proibição de estacionar e de entrar na área por ela abrangida, a não ser para a realização de manobras que manifestamente não apresentem perigo) e seja também colocada sinalização vertical de trânsito;

C15 - Estacionamento proibido (Indicação da proibição permanente de estacionar quaisquer veículos) acompanhado com a adicional Modelo n.º 8 Painéis indicadores de duração: destinam-se a indicar que a prescrição constante do sinal só começa a vigorar para além do período de tempo que figura no painel.

Com a criação de dois lugares destinados a cargas e descargas serão colocados dois sinais de verticais de trânsito H1A - Estacionamento autorizado Indicação do local em que o estacionamento é autorizado acompanhado da adicional com os dizeres "CARGAS E DESCARGAS 30 minutos".

Em frente ao edifício da antiga PSP no pavimento serão recolocados os paralelos brancos de modo a criar um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida onde será colocado um sinal de trânsito vertical H1A - Estacionamento autorizado (Indicação do local em que o estacionamento é autorizado) acompanhado com a adicional no próprio sinal Modelo n.º 11d, no pavimento será colocado o símbolo de cadeira de rodas

Há necessidade de reposicionar alguns dos sinais de trânsito verticais já existentes na rua de modo a respeitar o apresentado no desenho em anexo.

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

*- Jardim das Artes – Covilhã*

Presente EDOC/2017/31171, propondo o ordenamento do estacionamento público, junto ao Jardim das Artes – Covilhã.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, deliberou aprovar que a colocação dos lugares de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade reduzida seja o mais próximo de três dos portões de entrada para o Jardim das Artes utilizando para esse efeito dois lugares de estacionamento que hoje em dia já se encontram marcados no pavimento (2.50 m de largura cada) passando a ocupar o lugar de estacionamento destinado a pessoa com mobilidade reduzida (3.50m de largura) onde será colocada sinalização vertical H1A - Estacionamento autorizado (Indicação do local em que o estacionamento é autorizado) acompanhado da adicional "Modelo n.º 11d" e no pavimento será colocada marcação horizontal o símbolo de cadeira de rodas, em cada um destes rês lugares de estacionamento a criar o espaço restante (1.50 m de largura) será

**colocada marcação horizontal M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua de maneira que esta marcação se localize o mais frontal possível aos referidos portões: e**

**Aumento de lugares de estacionamento, sendo utilizado o largo que se localiza a Poente do Jardim das Artes marcando-se no pavimento uma única linha de 12 lugares de estacionamento, no meio do largo, paralela à circulação dos carros. Em ambos os extremos deste novo estacionamento será colocada no pavimento a marcação horizontal M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua conforme indicado no desenho em anexo.**

**Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.**

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

**5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO**

Não existem documentos agendados neste ponto.

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

**5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Não existem documentos agendados neste ponto.



## 5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

### a) Proposta – Representantes no Conselho Geral dos Agrupamentos de Escola

Presente proposta sob a referência I-CMC/2017/3820, da Senhora Vereadora Regina Gouveia, datada de 07.novembro.2017, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea a) do no n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com disposto na Lei n.º 137/2012, de 2 de Junho, e face à mudança do executivo camarário, propõe que a Câmara nomeie como representantes do Município da Covilhã nos Conselhos Gerais dos quatro Agrupamentos de Escolas, das duas Escolas Secundárias e da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, os seguintes elementos:

- No caso de vir a ser definido um único representante, indica-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia;
- No caso de vir a ser definido dois representantes, indicam-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia e o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis;
- No caso de vir a ser definido três representantes, indicam-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia, o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis e o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Carlos Pinto, deliberou designar como representantes do Município nos Conselhos Gerais de Escola, os seguintes elementos:**

- **No caso de vir a ser definido um único representante, indica-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia;**
- **No caso de vir a ser definido dois representantes, indicam-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia e o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis;**
- **No caso de vir a ser definido três representantes, indicam-se a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia, o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis e o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira.**

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

**5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

Não existem documentos agendados neste ponto.

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- **Senhora D. Maria dos Santos Gouveia Gomes Oliveira** referiu que estava em representação da sua filha que era muito doente e apresentou reclamação em relação à construção de um telheiro e da existência de uma árvore do inquilino da subcave esquerda do prédio sito na Rua Instrução e Recreio, Bloco M, pelo Senhor Rui Gama, que se apropriou, indevidamente, do logradouro do citado prédio, conforme se pode verificar pela certidão da Conservatória, uma vez que é pertença de todos os condóminos, situação que está a prejudicar a segurança e privacidade da habitação da sua filha, além de ter procedido à abertura de uma porta através de uma janela existente para o logradouro, vedando-o e alterando o uso de outras frações violando as regras urbanísticas.

Referiu ainda, que de todas estas situações, deu a conhecer aos serviços de fiscalização da Câmara e que até ao momento ainda nada solucionaram ou resolveram, pedindo justiça face às ilegalidades.

O Senhor Presidente solicitou que a Senhora fornecesse todos os elementos que tivesse disponíveis aos serviços para contactar o proprietário em questão e deu o uso da palavra ao Senhor Eng. Joaquim Carrilho que esclareceu que já por diversas vezes os serviços de fiscalização se deslocaram ao local e que até à presente data ainda não seguiram contactar com o proprietário da fração em questão. No entanto, que verificaram várias ilegalidades, quer a nível de arquitetura, quer a nível de utilização de alguns espaços. Que neste momento os autos de notícia estavam todos elaborados mas que, de momento, ainda não tinha solução para o assunto pelo motivo de não conseguirem entrar na fração e notificar o proprietário, aguardando autorização para mandato judicial.

- **Senhora D. Laurinda Silva** requereu a abertura de um caminho condigno, para as suas residências, no sítio da Canada, junto à Escola de S. Domingos.

- **Senhor Manuel de Brito** requereu que a Câmara providenciasse o acesso automóvel ao prédio sito no Lameirão devido a ter sido “cortado”.

O Senhor Presidente solicitou que dessem os contactos ao Senhor Eng. Jorge Vieira, a fim de “in loco” verificar as situações.

- **Senhor José Mendes Mioludo e Senhora D. Celeste Pereira**, proprietários de edifícios na rua de Olivença e do Jardim, Covilhã, chamaram a atenção para o facto de, ainda existir muitos detritos e escombros derivados da demolição do edifício da “antiga Vidrália” na citada rua, solicitando que a Câmara mandasse providenciar a sua limpeza a fim de evitar inconvenientes aos moradores, além de considerarem que as paredes poderem estarem em eminente estado de ruir.

O Senhor Presidente deu o uso da palavra à Senhor Eng.<sup>a</sup> Isabel Matias que solicitou aos reclamantes que lhe fosse fornecidos mais dados a fim de indagar quais os procedimentos que a Câmara já adotou em relação à situação exposta.

- **Senhor Armando Lourenço** voltou a chamar a atenção para a saída da ponte pedonal de ligação aos Penedos Altos, junto ao pavilhão do CDC, situação que gostaria de ver

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

solucionado; do amontoado de fios e cabos das empresas de telecomunicações nas paredes das habitações.

O Senhor Presidente deu o uso da palavra ao Senhor Engenheiro Jorge Vieira esclarecendo que a passagem pedonal junto ao pavilhão do CDC é propriedade do CDC, além de existir um projeto de intenção de procederem à ampliação de construção anexa ao polidesportivo, ocupando o citado espaço, situação que inviabiliza o sugerido.

**ATA DA REUNIÃO DE 17/11/2017**

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

**VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

**MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS**

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 0.00€.

**ENCERRAMENTO**

Pelas 10:40 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Diretora do Departamento de Administração Geral** \_\_\_\_\_